



---

## **CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **Secção I - Disposições gerais**

#### **Artigo 1º- Objecto do concurso**

O presente Concurso tem por objecto a **Aquisição de serviços de limpeza e desinfeção em vários edifícios municipais** situados na sede do concelho de Arcos de Valdevez. Os edifícios a submeter aos serviços pretendidos encontram-se identificados nas CLÁUSULAS TÉCNICAS bem como as características dos serviços pretendidos. A sua periodicidade diária será definida caso a caso pelos responsáveis de cada edifício/serviço municipal.

#### **Artigo 2º - Entidade pública adjudicante**

1. A entidade pública adjudicante é o Município de Arcos de Valdevez, através da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, órgão que tomou a decisão de contratar em 23/12/2015 que tem sede na Praça Municipal, 4974-003, Arcos de Valdevez, telefone 258 520500 e de fax 258520509.

#### **Artigo 3º - Contrato**

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos;
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) O presente Caderno de Encargos;
  - b) A Proposta Adjudicatária.
3. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do Contrato, seguidamente o do Caderno de Encargos e por fim a Proposta do adjudicatário.

#### **Artigo 4º - Sigilo**

1. O concorrente ou agrupamento de concorrentes garantirá o sigilo quanto a informações de que os seus colaboradores venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da entidade adjudicante.
2. A entidade adjudicatária reconhece que lhe foi e será futuramente fornecida informação e documentação de carácter confidencial ("Informação Confidencial"), entendendo-se por informação confidencial toda a informação escrita ou oral relacionada com a operação, qualquer análise ou documento elaborado com base nessa informação disponibilizada, bem como qualquer informação prestada no âmbito de quaisquer conversações.

3. De acordo com a natureza de confidencialidade da informação prestada, a entidade adjudicatária compromete-se a:

- a) Tratar a informação confidencial, em qualquer momento, com total reserva e absoluta confidencialidade, adoptando para o efeito todas as precauções necessárias, não podendo a revelá-la a qualquer pessoa ou entidade, a não ser ao abrigo do presente compromisso;
- b) Manter a confidencialidade acerca da informação prestada, revelando-a apenas aos seus representantes e a qualquer outra entidade em relação à qual a entidade adjudicante tenha dado o seu prévio consentimento por escrito, comprometendo-se a entidade adjudicatária a assegurar que as entidades a quem seja divulgado a informação confidencial sejam devidamente informadas da sua natureza confidencial, e que aceitem, na íntegra e sem reservas, o presente compromisso nos exactos termos e condições aceites pela entidade adjudicatária;
- c) Aceitar e reconhecer que a prestação de informação confidencial não conferirá à entidade adjudicatária quaisquer direitos sobre ela, a qual permanecerá para todos os efeitos propriedade da entidade adjudicante. Em particular, a entidade adjudicatária compromete-se a não utilizar esta informação para as relações comerciais ou de negócio que mantêm actualmente ou que possam vir a ter com a entidade adjudicante ou com terceiros com os quais estes tenham agora ou no futuro relações comerciais ou de negócio de qualquer tipo;

4. A expressão informação confidencial não inclui informação que:

- a) Seja ou se tome de domínio público desde que tal não resulte de uma divulgação feita pela entidade adjudicatária ou por qualquer dos seus actuais representantes ou;
- b) Esteja já na posse da entidade adjudicatária, ou na dos seus representantes ou com expressa indicação da sua não confidencialidade.

5. Caso a entidade adjudicatária ou os seus representantes a quem tenha sido transmitida, no todo ou em parte, informação confidencial fiquem legalmente obrigados a revelar algum elemento constante da mesma, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de entidade de regulação ou de fiscalização, a entidade adjudicatária compromete-se - e fará com que os seus representantes também se comprometam - a avisar de imediato a entidade adjudicante, previamente à divulgação da informação confidencial, de modo a que sejam conjuntamente asseguradas quaisquer providências necessárias para manter, dentro do legalmente permitido, a confidencialidade da informação confidencial.

### **Artigo 5º - Prazo**

1. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão do fornecimento em conformidade com os respectivos termos e condições, e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

### **Artigo 6º - Cessão da posição contratual**

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no

presente procedimento;

**b)** A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exacto e pontual cumprimento do contrato.

#### **Artigo 7º - Penalidades**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 325.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, no caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, o mesmo incorrerá numa penalidade correspondente ao dobro da prestação em falta.
2. Podem ser fixados outros valores superiores aos apurados pela sanção indicada no número anterior decorrentes das regras gerais de direito.

#### **Artigo 8º Actos e direitos de terceiros**

1. Sempre que a entidade adjudicatária sofra atrasos na execução do contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de oito dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, a entidade pública contratante, a fim de que a mesma possa ficar habilitada a tomar providências que estejam ao seu alcance.

#### **Artigo 9º - Casos fortuitos ou de força maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar, justificar e comprovar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

### **Secção II - Obrigações contratuais**

#### **Secção II.I- Obrigações do fornecedor de serviços**

##### **Artigo 10º - Obrigações principais do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações:

- a) Obrigação de entrega dos serviços identificados na sua proposta;
- b) Cumprimento dos pontos da **Cláusula 1.ª – Objecto do Concurso** e das **CLAÚSULAS TÉCNICAS - Anexo A** do Caderno de Encargos;
- c) Cumprimento dos pontos referidos na **Cláusula 3.ª – Prazo de entrega dos bens ou serviços das CLÁUSULAS TÉCNICAS - Anexo A** do Caderno de Encargos;

#### **Artigo 11° - Local de entrega**

1. A execução dos serviços objeto do Ajuste direto será realizada em diversos edifícios da sede do Concelho de Arcos de Valdevez, conforme estipulado no ponto **1.2 das CLÁUSULAS TÉCNICAS - Anexo A** do caderno de encargos.
2. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do Ajuste direto e respetivos documentos para o local de entrega e instalação são da responsabilidade do fornecedor.

### **Secção II.II– Obrigações da entidade adjudicante**

#### **Artigo 12° - Preço contratual**

1. Pela execução dos serviços objecto do Concurso Público o Município de Arcos de Valdevez deve pagar ao fornecedor o preço devido pela execução que constitui objecto do contrato, constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja estritamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez.

#### **Artigo 13° - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Arcos de Valdevez, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), devem ser pagas no prazo de 60 dias após a recepção pelo Município das respectivas facturas.
2. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de transferência bancária ou cheque.

### **SECÇÃO III – Resolução de litígios**

#### **Artigo 14° - Foro competente**

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato é o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

#### **Artigo 15° - Resolução**

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato, confere à outra parte, o direito de rescindi-lo, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

#### **Artigo 16° - Legislação aplicável**

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicada).

## **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

### **Anexo A**

#### **Cláusula 1.ª – Especificações e quantidades dos serviços a executar**

1.: De acordo com o Anexo “Especificações técnicas”

#### **Cláusula 2.ª - Preço contratual base**

1. Preço contratual apresentado pelo concorrente contam todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez, sendo o preço contratual máximo aceite **€ 31.000,00** (Trinta e um mil euros) mensais, valores acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

#### **Cláusula 3.ª – Prazos**

1. Prazo para a execução dos serviços é de três (3) meses e ocorre entre 01 de Janeiro de 2016 e 31 de Março de 2016.